

A MULHER PARAENSE E O CAMPO DA LITERATURA: ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA

Eide Silva MEDEIROS¹
Eliane Miranda COSTA²

Recebido: 27/09/2021

Aprovado: 03/12/2021

Resumo

O texto trata do espaço ocupado pela mulher paraense na literatura estudada no curso de Letras do Campus Universitário do Marajó-Breves/UFPA. Em geral busca compreender o papel ocupado pela escritora paraense no campo literário, bem como discute a situação dessa mulher como intelectual, evidenciando os caminhos percorridos para resistir à subalternidade. É um estudo bibliográfico e documental que tem por referência obras de três autoras: Eneida Costa; Maria Lúcia e Aldacinda Magana e o Projeto Pedagógico do curso de Letras do Campus de Breves. Nos resultados verifica-se que as literatas paraenses são duplamente invisibilizadas: por ser mulher e pertencer a uma região historicamente excluída. Ao longo de suas trajetórias essas mulheres criaram estratégias para enfrentar a subalternidade e assumirem-se literatas. Embora tal conquista, a subalternidade permanece e para superá-la consideramos necessário que as mulheres unidas coletivamente, como propõe a sororidade, lutem pelo seu reconhecimento como sujeitas históricas e sociais.

Palavras-chave: Literatura paraense. Gênero. Subalternidade. Mulher.

LA MUJER PARAENSE Y EL CAMPO DE LA LITERATURA: ENTRE EL SILENCIO Y LA RESISTENCIA

Resumen

El texto trata del espacio que ocupan las mujeres de Pará en la literatura cursada en el curso de Literatura del Campus Universitário do Marajó-Breves/UFPA. En general, se busca comprender el papel que juega la escritora paraense en el campo literario, así como se analiza la situación de esta mujer como intelectual, destacando los caminos tomados para resistir la subalternidad. Se trata de un estudio bibliográfico y documental que tiene como referencia obras de tres autores: Eneida Costa; Maria Lúcia y Aldacinda Magana y el Proyecto Pedagógico del Curso de Letras en el Campus de Breves. Los resultados muestran que los literatos de Pará son doblemente invisibles: por ser mujer y pertenecer a una región históricamente excluida. A lo largo de sus trayectorias, estas mujeres crearon estrategias para enfrentar la subalternidad y alfabetizarse. A pesar de este logro, la subalternidad permanece, y para superarla consideramos necesario que las mujeres unidas colectivamente, como propone la hermandad, luchen por su reconocimiento como sujetos históricos y sociales.

Palabras clave: Literatura de Pará. Género. Subalternidad. Mujer.

¹ Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará (2014), Especialização em Educação Especial e Inclusiva (2019), Especialização em Educação e Cidadania (2019). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Língua Portuguesa, no ensino fundamental menor e maior. Experiência em trabalhos voluntários na comunidade local.

² Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação, pela Universidade do Estado do Pará (2012), com período sanduíche na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade, UFPA (2010) e Licenciada em Pedagogia, UFPA (2005). Atualmente é Professora Adjunto, nível I da UFPA, Campus Universitário do Marajó-Breves, atuando no curso de Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

Persiste, ainda hoje, um pensamento e concepção de sociedade dual, regida pelo que Santos (2014) chama de linha abissal, isto é, uma linha visível dominada pelo homem e outra invisível ocupada pela mulher. Questão que tem implicação direta nos espaços de acesso e ocupação das mulheres. Na literatura, campo em destaque aqui, observa-se que a mulher ocupou por muito tempo o papel de espectadora. Nessa posição, cabia-lhes, apenas, quando possível, o papel de leitora, ou melhor, consumidora do pensamento masculino. Até mesmo quando procurou sair da condição de leitora para autora teve que se disfarçar de homem.

Observando tal situação e nos remetendo à literatura estudada na Universidade começamos a desenhar a presente pesquisa. Para isso levantamos várias indagações, das quais duas foram decisivas para nortear essa pesquisa: Qual o lugar ocupado pela mulher como escritora na literatura paraense estudada no curso de Letras no Campus Universitário do Marajó-Breves? O que fazer para superar as barreiras impostas às mulheres no mundo literário quando elas saem do papel de leitora para o de escritora?

Os principais suportes teóricos dessa investigação, mas não únicos, foram os escritos de Cecil Jeanine Albert Zinani (2014) e Eunice Ferreira dos Santos (2014), por proporcionarem uma visão ampla sobre a situação das mulheres escritoras. Zinani (2014) aborda a questão da marginalização que a mulher escritora enfrenta, enquanto Santos (2014) oferece uma visão da mulher escritora no cenário paraense. Para ampliar o entendimento sobre a situação da mulher em sociedades ocidentais patriarcalizadas, como no Pará, recorreremos aos escritos da indiana Gayatri Chakravorty Spivak, em especial a obra *Pode o subalterno falar?*, publicado em 1985, e traduzido para o português em 2014. Neste livro, Spivak discute a condição e posição do ser subalterno, fazendo uma análise do que essa condição representa e do papel de cada sujeito na manutenção desse status, atentando de forma especial para a mulher intelectual e sua cumplicidade com o fato da mulher não poder falar. Há ainda Soares (1994), Alves e Alves (2013), Álvares (2010) e Marques e Xavier (2018) que abordam o feminismo, sua origem, suas fases e importância para que as mulheres tenham a sua voz ouvida em todas as relações sociais.

Metodologicamente, o estudo seguiu pela rota da pesquisa bibliográfica e documental. A investigação bibliográfica, segundo Gil (2008), é desenvolvida por meio de trabalhos que já passaram por tratamento analítico como livros e artigos científicos, fontes que usamos na configuração deste estudo. Já a pesquisa documental, conforme este autor, trabalha com material que ainda não passou por um tratamento analítico, como é o caso do Projeto Pedagógico do Curso de Letras, da

Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves, principal documento aqui analisado.

A análise pauta-se na perspectiva histórica, por nos possibilitar dialogar com a história da mulher na literatura paraense a partir de três literatas: Eneida Costa; Maria Lúcia e Aldacinda Magana, escolhidas por serem as paraenses com maior número de obras conhecidas, ainda que para um público restrito. A análise histórica foi fundamental para identificarmos como a mulher vem sendo tratada pela sociedade moderna de orientação patriarcal. Nesse exercício, procuramos refletir se a mulher é uma sujeita sem direito à voz, história e perspectiva ou é uma sujeita com direito a pensar, falar e escrever.

2 A MULHER E A SOCIEDADE PATRIARCAL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Historicamente oprimida, a mulher sempre encontrou muitas barreiras para conseguir ocupar espaços para manifestar suas inquietudes e capacidades. Conforme esses autores, a submissão feminina chegou a ser considerada uma característica natural do gênero feminino. Ideia justificada e defendida ao longo da história de várias formas, inclusive pela via religiosa, como se fosse o “desejo de Deus”.

De acordo com os escritos de Soares (1994), o movimento feminista teve origem na segunda metade do século XIX, na Europa e nos EUA. Esse primeiro momento ficou conhecido por primeira onda do movimento feminista, marcado pela aproximação das mulheres com as lutas sociais. É nesse momento que elas se juntam aos homens em greves e reivindicações operárias, porém os resultados dessas greves não incluíam as mulheres.

O feminismo, conforme Soares (1994), é o agir político das mulheres, teoria, prática e ética. Ela aponta as mulheres como sujeitas de ação e consequente transformação de sua própria condição social. Em suma, o feminismo trata das mulheres transformando a si próprias e a todo contexto político-social que as cerca, é uma mudança que deve ser feita para que o machismo seja combatido por toda sociedade.

Alves e Alves (2013) esclarecem que esse movimento passou por diferentes vertentes. O movimento sufragista se encaixava no chamado “feminismo bem-comportado”, nesse momento a opressão da mulher não era questionada ainda em sua totalidade. A próxima fase ou tendência foi o feminismo “malcomportado”, com intelectuais e líderes operárias que buscavam o direito à educação, o fim da dominação masculina e abordavam a liberdade sexual e o divórcio. A terceira tendência, "o menos comportado dos feminismos", foi à manifestação no movimento anarquista e Partido Comunista.

Entre 1960 e 1980, o movimento feminista ganhou novas características e passou também a estudar as causas das desigualdades em todos os âmbitos sociais. É um período em que os estudos feministas buscam entender de forma mais profunda as causas e não só combater as consequências. Já a partir da década de 1990, o feminismo passou por transformações vindas de críticas internas entre as feministas que começaram a atentar para o fato de que os estudos feministas eram um reflexo apenas de experiências de mulheres brancas, classe média. Marques e Xavier (2018) explicam que esse é um momento no qual as mulheres passaram a criticar o fato de o próprio feminismo não considerar as diferenças entre as mulheres e viverem o mesmo tipo de opressão. É nessa fase que surge o feminismo negro, entre outras correntes.

No Brasil a primeira fase do movimento feminista chega no início do século XX com as sufragistas, que lutavam pelo voto e pela cidadania. Marques e Xavier (2018) apontam que esse início foi marcado pelo surgimento de protestos pela emancipação da mulher. Em 1918, Bertha Luz liderou a liga para a emancipação intelectual da mulher.

O grupo liderado por Bertha tinha grande entrada na mídia, pois escreviam cartas, concediam entrevistas e pressionavam parlamentares quando havia alguma pauta de seu interesse no Congresso Nacional. Depois, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher foi rebatizada de Liga Pelo Congresso Feminino. (SCHUMACHER; CEVA, 2015, p. 58 apud MARQUES; XAVIER, 2018, p 9.)

O processo de auto reconhecimento do feminismo, iniciado pelas mulheres mundo afora, deu às brasileiras a possibilidade de serem parte da luta, de serem a luta, de se articularem e serem decisivas na criação de organizações civis. Marques e Xavier (2018) argumentam que, pós-ditadura, a consciência das mulheres em relação a si próprias e ao lugar que ocupavam e ao que queriam ocupar causou uma revolução, ainda em andamento na sociedade atual. Tal revolução refere-se à busca constante das mulheres para serem reconhecidas e ouvidas em todas as esferas: sociais, política, intelectuais, econômica etc.

No Pará o feminismo começou a se manifestar entre os anos 1920 e 1930 com as sufragistas, que ocupavam espaços na militância política e divulgavam as ideias de mulheres como Bertha Lutz. Mulheres como Ormindia Ribeiro Bastos, advogada e jornalista, pioneira no sufragismo paraense, em 1920, usavam a imprensa para mostrarem sua presença, suas opiniões. Já em 1929 as paraenses Maria Aurora Pegado Beltrão e Corina Martins Pegado tentaram por meio de uma ação judicial adquirir o direito ao voto.

Entre 1931 o feminismo no Pará ganhou um tom mais organizado com a criação da *Folha do Norte* que tinha como função divulgar as principais notícias do movimento. Nos anos seguintes, o feminismo obteve importantes avanços, porém ainda não solidificado, o que levou o movimento

viver, até os anos de 1980, na instabilidade. De acordo com Álvares (2010), a solidificação do movimento feminista ocorreu nos anos de 1980 de forma mais intensa com o envolvimento de intelectuais com estudos a respeito das mulheres paraenses na pós-graduação, como é o caso da antropóloga Jane Felipe Beltrão. A referida antropóloga organizou, com base em pesquisa, um Seminário sobre a Mulher da Região Norte, em 1985. Ação que Álvares (2010) avalia como importante contribuição para estimular a formação acadêmica da mulher e ampliar o debate acerca do feminismo. Entre 1992 e 1994, Álvares (2010) comenta que a questão da mulher e a perspectiva de gênero tornou-se temática cativa nos debates paraense-amazônicos, provavelmente, influenciada pela pesquisa de Beltrão.

2.2 A Mulher paraense Tem Voz na história e na literatura?

Em sua obra *Pode o subalterno falar?*, Gayatri Spivak, professora do departamento de Inglês e Literatura Comparada da Universidade Columbia, Nova Iorque, apresenta seu argumento de que a mulher, enquanto subalterna, é silenciada e não possui direito de fala. A autora procura identificar quem é esse ser subalterno, ressaltando que nem todas as minorias se encaixam enquanto subalternos e sim “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2014, p. 14).

Tomando por base o que escreve a autora, podemos afirmar que a mulher se encontra na posição de subalterna, isto é, de sujeita sem voz na sociedade, uma vez que seu direito à voz tem sido negado e silenciado, o que a coloca no outro lado da linha abissal, no caso, da linha invisível (SANTOS, 2014). Pensar, falar e ser ouvida são direitos que a mulher, por meio do movimento feminista, vem lutando para conquistar e superar a condição de invisível na história. Um empecilho que pode ser observado nesse movimento é o fato de ser uma bandeira não assumida por todas as mulheres, tendo em vista muitas não se perceberem submissas e, mais ainda, não se darem conta do silêncio de sua voz, ou melhor, não perceberem que podem ter voz, pensar e decidir por si próprias.

Um rápido olhar à sociedade brasileira atual nos permite pontuar que prevalecem ainda os preceitos de uma sociedade patriarcal e machista. Por isso, continua silenciando a maioria das mulheres, embora muitas mulheres ocupem hoje diferentes espaços antes ocupados apenas por homens. Um desses espaços é o campo literário em que se destacam mulheres como Clarice Lispector, Cecília Meireles, Tarcila do Amaral, Zélia Gattai, Rachel de Queiroz, Cora Coralina, entre outras. Tais mulheres e intelectuais são importantes para desafiar o emudecimento social e epistêmico ao qual a mulher foi submetida.

O emudecimento feminino é uma realidade percebida até mesmo entre os homens que se julgam “feministas”. Ao usar a subalterna como discurso de resistência sem criar espaço para que a mulher fale, que possa assumir sua própria voz, não muda em nada sua situação de subalterna. Ocorre, na verdade, uma cumplicidade com o sistema de silenciamento (SPAVIK, 2014). E até mesmo as mulheres que “ganham” esse espaço para falar por outras mulheres precisam estar atentas para não serem também instrumentos de silêncio das outras.

Diante desse cenário, a mulher intelectual, que tem o espaço de fala, não pode e nem deve fugir da sua importância, ela tem uma tarefa, uma missão, como ressalta Spavik (2014, p. 18), ela precisa criar “espaços de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais”. Acrescenta a autora:

Dois sentidos do termo “representação” são agrupados: a representação como “falar por”, como ocorre na política, e representação como ‘re-presentação’, como aparece na arte ou na filosofia. Como a teoria é também apenas uma “ação”, o teórico não representa (fala por) o grupo oprimido. De fato, o sujeito não é visto como (uma consciência que ‘re-presenta’ a realidade adequadamente). Esses dois sentidos do termo representação- no contexto da formação do Estado e da lei, por um lado, e da afirmação do sujeito por outro- estão relacionados, mas são irredutivelmente descontínuos. Encobrir a descontinuidade com uma analogia que é apresentada como prova reflete uma nova forma paradoxal de privilegiar o sujeito (SPIVAK, 2014, p. 39-40, grifos da autora).

A representação, sobre a qual a autora chama a atenção, precisa ser observada de forma mais cuidadosa em nosso cotidiano social e acadêmico. Não podemos desconsiderar o fato de que há muitas pessoas que buscam representar, falar pela outra, e ao fazerem isso tiram o direito à voz do grupo que desejam apoiar. Quando, na verdade, o intelectual e, principalmente, a intelectual deve buscar meios e mecanismos para que todas possam ser ouvidas. É papel dessas pessoas não serem cúmplices do silenciamento, não serem agentes de repressão.

Muitas mulheres em muitos lugares do mundo precisam ser escutadas e, por isso, é dever, mais que tudo, daquelas que alcançaram esse *status* agir para que as outras também consigam ser ouvidas, como salienta Spivak (2014). Criar mecanismos para que todas nós possamos falar em nosso nome próprio é o grande desafio da mulher intelectual.

4 A MULHER E A LITERATURA PARAENSE: ENTRE À MARGEM E À RESISTÊNCIA

A situação da mulher escritora e, mais especificamente, da escritora paraense é pouco debatida, embora seja uma temática de extrema necessidade. As obras estudadas revelam que as dificuldades enfrentadas pela mulher para terem aceitação no meio acadêmico, em especial, no campo literário, são muitas, o que pode causar uma certa surpresa em quem acredita que a mulher já

conquistou seu espaço em todos os setores da sociedade. Os dados mostraram que o ser feminino é subjugado, restrito e silenciado enquanto produtora de literatura.

Nesta pesquisa, destacamos três autoras paraenses, selecionadas por serem as com maior visibilidade no campo literário. São elas: Eneida Costa, Maria Lucia e Aldacinda Magana. Cabe observar que mesmo essas autoras tendo certo reconhecimento ainda se encontram longe de integrarem o cânone literário. Suas produções permanecem em uma posição de marginalizadas, sendo restritas há um determinado grupo, como constatamos no estudo.

O texto a partir de agora apresenta um pouco dessas mulheres e de suas obras. Iniciamos com a belenense Eneida Costa de Moraes, nascida em 23 de outubro de 1903. Eneida escreveu seu primeiro conto aos 7 anos. Não foi encontrado o nome do conto, mas ele narra a história de um lenhador. Ela ingressou na Faculdade de Odontologia da capital paraense, não há precisão em suas biografias quanto à data desse curso, o que se sabe é que ela se formou, no período de um ano, sendo a oradora da turma e que, por essa época, já participava do movimento literário do Pará, publicando crônicas e poesias em diversos jornais como o *Estado do Pará* e revistas como *Guajarina* e *A Semana*, da qual foi secretária. Em 1929, lançou seu primeiro livro de poemas, intitulado *Terra Verde*. Grande ativista política, defensora dos direitos das mulheres, Eneida esteve presa várias vezes por seu envolvimento nessas lutas (ACERVO DIGITAL, 2019).

Maria Lúcia Fernandes Medeiros, nascida em Bragança, em 15 de fevereiro de 1942, graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Pará. Maria Lúcia foi a primeira professora de Redação e de Literatura Infanto-juvenil, do Curso de Letras da UFPA. Era também uma grande colaboradora da Universidade da Amazônia (UNAMA) em Belém, chegando a publicar textos de sua autoria na revista da UNAMA (RECANTO DAS LETRAS-2019).

Aldacinda Magno Camarão Luxardo nasceu em Mauná, Ilha do Marajó, em 18 de julho de 1915, e desde muito jovem lutou por seu espaço no meio literário. Fazia parte de grupos de estudantes que lutavam em frentes literárias. Em 1949, no dia 07 de agosto, Adalcinda foi eleita para ocupar a cadeira de número 17 da Academia Paraense de Letras (FENSKE, 2014).

Quadro das principais obras das escritoras Eneida Costa, Maria Lúcia Medeiros e Aldacinda Luxardo.

Autora(s)	Títulos\1ªEdições
Eneida Costa	<i>Terra verde</i> (1929) <i>Sujinho da terra</i> (1953) <i>Cão da madrugada</i> (1954) <i>Aruanda</i> (1957) <i>Promessa Azul e Branco</i> (1957) <i>História do carnaval carioca</i> (1958) <i>Banho de cheiro</i> (1962)
Maria Lucia Fernandes Medeiros	<i>Zeus ou a menina e os ósculos</i> (1988) <i>Velas, por quem?</i> (1990) <i>Quarto de hora</i> (1994) <i>Horizonte silencioso</i> (2000) <i>Céu caótico</i> (2005) <i>Antologia de contos</i> (2011)
Aldacinda Magno Camarão Luxardo	<i>Despetalei a rosa</i> (1941) <i>Vidência</i> (1943) <i>Pará</i> (1943) <i>Baladas de Monte Alegre</i> (1943) <i>Entre espelhos e estrelas</i> (1953) <i>Lendas da terra verde</i> (1956) <i>À sombra das cerejeiras</i> (1989)

Fonte: elaboração nossa, 2019.

Essas mulheres não só produziram importantes obras literárias, também ajudaram, ainda que de forma tímida, traçar outra possibilidade para a mulher paraense se inserir na sociedade não apenas como objeto, propriedade do homem. Mas a aceitação dessas e outras mulheres escritoras no cenário paraense literário é uma luta constante, pois, independente do talento de quem produz, têm sido colocadas às sombras, condenando assim suas produções à morte sem uma chance real de vida, como explicita Eunice Santos (2014).

No caso das paraenses, uma breve análise mostra que seus escritos, até então, não são considerados bons o suficiente para serem incluídos no rol do cânone literato. Isso certamente explica

o fato de as produções dessas mulheres não serem indicados como leitura obrigatória em cursos de graduação, como é o caso do curso de Letras da UFPA. No Projeto Pedagógico do Curso de Letras, documento aqui analisado, não há nenhuma indicação de leitura de autoras paraenses, o que pode indicar o silenciamento, a invisibilidade ou até mesmo a “morte” da qual fala Santos (2014).

Entendemos que tal resultado é reflexo de uma marginalização histórica, pautada em interesses e necessidades coloniais e, atualmente, neocoloniais, fato que ajuda entender a submissão feminina. Para questionar e tentar reverter a condição de marginal, a mulher precisa assumir-se como sujeita de história.

Essa escrita passa inicialmente pela experiência de ser mulher, de pertencer ao segundo sexo, ou seja, é imprescindível estabelecer o resgate, ou talvez a constituição, do sujeito feminino, em suas dimensões históricas, políticas e culturais, subvertendo a representação desse sujeito condicionada pelo paradigma masculino e repleta de estereótipos (ZINANI, 2014, p. 192).

Ideia em perfeita harmonia com o que Spivak diz a respeito da mulher e sua voz silenciada,

[...] a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2014, p. 85).

Tanto a marginalização apresentada em Zinani (2014) quanto à subalternidade de Spivak (2014) são conceitos que se complementam e, juntos, explicitam os desafios que a escritora paraense tem pela frente. Ambas as autoras ajudam a denunciar a posição inferior que as mulheres ocupam na literatura. Inferioridade essa que desconsideram a capacidade feminina de representação, de falar por si, de expressar sua voz e inteligência.

A posição de inferioridade atribuída à mulher é uma verdade que retrata a realidade de maneira global em maior ou menor escala como foi mostrado a respeito das mulheres que precisavam recorrer a pseudônimos masculinos no século XIX. Como mencionado, as mulheres, em função de sua invisibilidade e submissão, se viam obrigadas a assinar suas obras com nomes masculinos. Com essa estratégia se protegiam da “opressão” de uma sociedade essencialmente machista, que se negava a reconhecer na mulher qualquer intelecto e/ou talento que não fosse para cuidar da casa, do marido e dos filhos.

Usando pseudônimos masculinos diferentes literatas no mundo tiveram suas obras publicadas, reconhecidas e aceitas. Entre as escritoras destaca-se a parisiense Amandine Aurore, que fez uso do pseudônimo George Sand para ter suas produções vistas e aceitas. Amandine Aurore Lucile Dupin, nascida em Paris, filha de Maurice e Sophie Dupin, conhecida como a baronesa de Dudevant, é considerada a maior escritora francesa. Aurore teve dois filhos, Maurice e Solange, e por divorciar-

se viveu um grande escândalo na época³. Em 1831, começou a escrever com o pseudônimo George Sand, produzindo o primeiro romance intitulado *Indiana*, que lhe rendeu o reconhecimento de grande talento francês e a inserção no meio literário. Como George Sand, Amandine expressava suas frustrações enquanto mulher e todas as impossibilidades impostas a elas.

A condição de subalternas impõe às mulheres uma realidade difícil a superar, no que tange a encontrar um espaço para falar e ser ouvidas. Esse é um desafio, é uma luta que está apenas no começo. É preciso considerar o fenômeno da literatura feita para meninos e a literatura feita para meninas nos dias de hoje. A lógica parece ser a mesma, isto é, manter a linha abissal, em que as autoras femininas ocupam o lugar marginal, até porque, a literatura feita por mulheres encontra-se à margem do sistema literário.

Cecil Zinani (2014) comenta que a marginalização na literatura tem despertado interesse de alguns estudiosos desde o final do século XX, e se trata de uma produção feita por mulheres e afrodescendentes, sujeitos que historicamente foram colocados à margem da sociedade. Trata-se de uma produção não aos moldes do padrão canônico de orientação eurocêntrica, tal como escreve a autora:

A literatura marginal tem sido objeto de discussão desde, pelo menos, o último quartel do século XX. O termo marginal remete àquela produção que, de alguma maneira, está à margem do sistema literário, conforme conceituado por Antonio Candido (1980), constituindo, no entanto, um segmento que tem despertado o interesse de estudiosos no âmbito cultural. Gonzaga (1981, p. 143) considera que a literatura marginal ‘só é inteligível a partir de alguns pressupostos históricos, localizados no quadro da evolução social do país. [...]’. Entende-se que a literatura marginal está vinculada à expressão de uma minoria, à subalternidade, em oposição à arte canônica, que circula na classe dominante. Nesse sentido, pode ser considerada como literatura marginal aquela produzida por afrodescendentes e por mulheres, na medida em que buscam modalidades de representação próprias (ZINANI, 2014, p.184\185).

Opor-se ao cânone literário de expressão masculina é uma tarefa árdua que a mulher escritora enfrenta ao se decidir pelo mundo literário. Certamente, optar por esse viés é desafiar o *status* estabelecido pelo patriarcalismo. E isso requer das intelectuais, escritoras dos diversos campos estabelecer alianças, como se propõe com a ideia de sororidade, termo proposto pela escritora Kate Millet nos anos de 1970, a partir do lema “Mulheres do mundo unam-se”. Essa liderança feminista na época defendeu com o termo sororidade a perspectiva de que as mulheres devem unir-se no sentido de fortalecerem-se coletivamente para então eliminarem todas as formas de opressão e construírem o

³Ser uma mulher divorciada correspondia ao mesmo que ser uma mulher imoral, desprovida de caráter e indigna de qualquer respeito e valorização.

empoderamento feminino e assim promoverem a mudança social necessária na sociedade (ALMEIDA, 2020).

No campo literário e acadêmico a luta para fugir da posição de marginalizada é a luta para ter seus artigos científicos avaliados com as mesmas regras e seriedade que as obras feitas por homens. É a luta pelo direito de se representar e manifestar sua visão de mundo, de não ser rotulada e reduzida à escritora de romances de menor importância ou de uma escrita de pouca relevância científica.

A respeito das possibilidades de sucesso da mulher nessa luta, Zinani (2014) pontua:

A desconstrução desse modelo implica o reconhecimento de uma estrutura de dominação falocêntrica, em que o falo, como indicador do poder masculino, da autoridade, é associado à lógica, também privilégio masculino, marcando um território de poder do qual as mulheres foram, naturalmente, excluídas. (ZINANI, 2014, p. 193).

Fica claro que as lutas feministas envolvem muita coisa e muitas desconstruções. Daí a importância da sororidade como estratégia de luta, pois, assumindo a subalternidade enquanto pauta coletiva, as mulheres poderão reconhecer que há uma estrutura de poder que as submetem e a limitam emocional, física e intelectualmente, como também podem criar possibilidades de mudanças.

Entre as inúmeras barreiras enfrentadas, muitas mulheres ainda precisam lidar com a dinâmica regional, como é o caso da mulher paraense, em especial, a marajoara, que encontra dificuldades para acessar a capital Belém, e até mesmo os municípios marajoaras, pois estamos falando de uma região geograficamente extensa e com sérios problemas sociais. Em outros termos, no Pará, a literata, além da barreira por ser mulher, precisa superar a barreira regional.

Para auxiliar no entendimento dessa questão o artigo de Eunice Ferreira dos Santos é um importante suporte. No referido artigo, a autora explica que:

Vários estudos são unânimes em afirmar que os silêncios historiográficos a respeito do que escreveram as mulheres é uma marca evidente da discriminação a que foram submetidas pelo julgamento estético da sociedade patriarcal. Nesse contexto, conforme foi percebido, a produção literária de autoria feminina paraense – em que pesem a tradição e o espaço geográfico, isto é: ser escrita de mulher e do norte do Brasil – ainda carece, para ser incluída nas agendas de leituras, de uma legitimação vinculada aos padrões estéticos e temáticos dos cânones universitário e escolar. (SANTOS, 2014, p.3).

O fato de ser uma mulher quem escreveu, já faz da obra um importante veículo para questionar a ciência machista. Mas para isso, como observa Santos (2014), a escrita da mulher, em especial, da mulher do Norte e, diria também, das nordestinas, precisam ser incluídas nas agendas de leituras dos cursos universitários. Como verificado, em nossa análise do Projeto Pedagógico do Curso de Letras, as literatas paraenses não fazem parte da bibliografia das disciplinas de literatura do curso de Letras

da UFPA, em Breves. Fato que analisamos como um duplo preconceito, isto é, por se tratar de mulher e por, geograficamente, pertencer a uma região distante dos grandes epicentros científicos e com sérios problemas sociais. As poucas mulheres consideradas intelectuais que fazem parte do rol das leituras universitárias quando não pertencem ao eixo sul e sudeste são estrangeiras e quase sempre brancas. E mesmo assim são mulheres que para serem aceitas precisam atender ao cânone da ciência patriarcal (SANTOS, 2014).

Em estudo sobre a presença de autoras femininas nas universidades e escolas de ensino médio e básico, Santos (2014) constatou a ausência quase total de autoras paraenses. De acordo com essa autora, a maioria dos/as docentes ao escolherem obras para serem lidas e analisadas com os/as alunos/as em sala, preferem as obras clássicas, normalmente escritas por homens. Não se preocupam em incluir obras de autoras paraenses, ou seja, obras que ao seu entender estão fora da curva dos cânones literários clássicos. Muitos/as docentes pouco conhecem qualquer autora paraense. Entendemos que isso é reflexo de uma formação em Letras e áreas afins que não reconhece as paraenses como escritoras e produtoras de conhecimento válido. Desse modo, como fala Santos (2014), ajudam a consolidar a autoria feminina à margem da produção científica.

Para provocar mudanças nesse cenário, faz-se necessário pensar e realizar estratégias a exemplo do projeto coordenado por Eunice F. Santos intitulado “Escritoras paraenses em prosa e verso: os protocolos de inserção da autoria feminina no cânone escolar de Belém” que procurou dar visibilidade às escritoras paraenses. Tal projeto foi desenvolvido de 2005 a 2007 e apresentou, entre os resultados, que a crítica literária contribuiu para a exclusão da literatura feita pelas paraenses do cânone escolar. Aponta também que apenas uma, entre três instituições de ensino superior pesquisada, tem em sua matriz curricular obras da literata paraense Eneida de Moraes. Quanto as outras literatas paraenses simplesmente não aparecem.

Santos (2014) observou que em geral a literatura paraense resume-se ao Inglês de Souza, Dalcídio Jurandir, Haroldo Maranhão e Age de Carvalho, isto é, a homens que tem prestígio e reconhecimento, pelo simples fato de serem homens. Não queremos aqui negar a importância da obra desses homens até porque a relevância de tais obras é inegável. Mas a pergunta que fica é: se algum desses homens fosse mulher, sua obra teria a mesma repercussão, ainda que fosse uma obra seminal? Certamente, não. Ficou claro com a pesquisa de Santos (2014) que os/as docentes preferem as obras dos literatos sem a intervenção da universidade.

4.1 A Resiliência da Mulher Intelectual Paraense

Dentro desse quadro, a mulher escritora tem assumido o papel de resistir com suas palavras, seus escritos, suas histórias e suas lutas. Não há recuo, ao contrário, há uma determinação no sentido de se fazerem enxergar, mostrarem sua existência, pois, por meio de suas obras, estão vivas e prontas para serem estudadas, debatidas e reconhecidas. A resistência literária da mulher paraense pode ser mostrada por meio de iniciativas como o projeto de Eunice F. Santos, citado anteriormente.

Com base nesse projeto e no presente estudo é possível dizer que as literatas paraenses são escritoras, intelectuais, mulheres que mesmo na subalternidade e relegadas à margem com seus escritos não recuaram e não recuam na busca pelo seu espaço. Às que conseguiram esse feito, cabe a missão de usar sua arte de forma que outras mulheres venham a obter o mesmo direito de serem vistas, lidas e respeitadas como escritoras e intelectuais.

Santos (2014) nos mostra que resgatar os escritos femininos paraenses é uma estratégia eficiente tanto no sentido de provocar o reconhecimento das literatas que foram obrigadas ao longo da história a ficar no escuro quanto no sentido de gerar sensibilização com relação à condição da mulher intelectual no Pará. Defendemos que a sororidade feminina no campo literário pode gerar um esforço conjunto para que as intelectuais da atualidade tenham seu espaço e não sejam silenciadas, com isso possam se assumir como promotoras da mudança social necessária, o que inclui o reconhecimento da mulher como sujeita de direito.

O resgate literário defendido por Santos (2014) permite que as universidades atuem de forma mais prática, promovendo estudos e discussões a respeito do assunto e trazendo, assim, essas mulheres para o meio universitário. Outro fator facilitador para a inserção da mulher paraense como intelectual das artes literárias é a aproximação com os homens, para levá-los a compreender os prejuízos sociais causados pela exclusão da mulher, bem como reconhecer que muito de seus privilégios históricos foram construídos em função da submissão feminina. Entendemos que para que essa percepção aconteça é preciso apostar em um trabalho de sensibilização através de palestras, oficinas, ações sociais práticas etc., e, sobretudo, por meio de um acordo, um pacto social entre as mulheres e homens, esclarecidos que percebam mulheres e homens como sujeitas e sujeitos iguais em direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade feminina alcançada nos dias de hoje permite que nossos nomes acompanhem nossas obras, entretanto o ser livre para fazer não impediu o ocultamento das escritoras paraenses dos meios intelectuais, pois, como bem explica Spivak (2014), o ser subalterno não pode falar e embora

fale sua voz não é ouvida e, como complementa Zinani (2014), a literatura feita por mulheres se encontra à margem do que é amplamente aceito.

Para combater essa condição, o feminismo foi e é fundamental. Por meio dele a mulher aprendeu que poderia ter voz e que devia lutar pelo seu espaço. Uma luta que coordenada coletivamente pode garantir à mulher o direito de falar. Os estudos feministas, à perspectiva da sororidade, contribuem de forma fundamental para o reconhecimento da mulher intelectual. Esse movimento, o feminismo, assim como outros são importantes para que a mulher consiga fazer a transição de leitora/consumidora à produtora de literatura/conhecimento.

O estudo mostrou que a mulher escritora paraense não é aceita no meio acadêmico por destoar dos padrões masculinos estabelecidos. Conclui-se, assim, que o lugar ocupado por essas mulheres no cenário paraense é o de escritoras marginais. E tal condição é imposta pelo fato de ser mulher e não pela qualidade de suas obras. Ficou claro que o silenciamento é a principal marca da história e da produção do conhecimento literário na Amazônia paraense. Pode-se dizer que o silenciamento é a estratégia necessária para manter as mulheres submissas em uma sociedade sustentada pelas raízes do patriarcalismo, realidade que o movimento feminista, a partir dos anos de 1960, passou a questionar na perspectiva de protagonizar uma nova forma de escrever a história das mulheres subalternas do Ocidente, como é o caso das literatas paraenses.

Como forma de contribuir para rever o papel da mulher paraense na literatura e, mais ainda, como escritora aceita nas universidades, a sugestão é criar uma disciplina voltada para a literatura produzida por essas autoras, com a perspectiva de torná-la reconhecida no cenário literário, de modo a retirá-las da invisibilidade e evitá-las da morte anunciada por Santos (2014). É compromisso da pesquisa e da Universidade pública reconhecer as diferentes vozes da floresta amazônica, entre tais vozes, a voz da mulher paraense e marajoara, até porque falar, pensar e escrever por si própria é condição para mulher resistir à dominação masculina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Rozana Rodrigues de. **Relações de gênero, poder e resistências**: Narrativas de mulheres cientistas no Continente Antártico. 156f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Rio Grande/RS, 2020.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: **IV Seminário CETROS**. Fortaleza, 2013. Disponível em: www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias, saberes, práticas: Os estudos sobre mulheres entre as paraenses. São Paulo. **Rev. NUFEN** vol.2. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v2n1/a07.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FENSKE, Elfi Kürten. Adalcinda Magno Camarão Luxardo - a poeta marajoara. **Templo Cultural Delfos**, 2014. Disponível em: www.elfikurten.com.br/2014/04/adalcinda-magno-camarao-luxardo.html. Acesso em: 24 jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. **A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil**. Espírito Santo. 2018. Disponível em: www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

MARQUES, Gisela de Moura Bluma; AMORIM, Ana Carla de. **Os caminhos das mulheres: um recorte histórico para legitimar as questões de gênero**. São Paulo, 2015.

MORAIS, Eneida Costa de. **Verbete**. Disponível em: [Eneida Costa de Morais | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](http://Eneida%20Costa%20de%20Morais%20|%20CPDOC%20-%20Centro%20de%20Pesquisa%20e%20Documenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Hist%C3%B3ria%20Contempor%C3%A2nea%20do%20Brasil%20(fgv.br)). Acesso em 24 out. 2019.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. **A produção literária das mulheres paraenses: recepção entre leitores/as e cânone**. Belém. GPEM. 2014. Disponível em: www.uesc.br/seminariomulher/EUNICE%20FERREIRA%20DOS%20SANTOS.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Revista Estudos feministas**, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16089/14633>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Produção literária feminina: um caso de literatura marginal. **ANTARES**, vol.6, N°12, 2014. Disponível em: www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewFile/3059/1814. Acesso em: 25 out. 2019.